

Brasil vai

9 AGO 1983

à reunião *dívida ext* de devedores

por Norton Godoy
de Brasília

O Brasil irá participar de uma iniciativa inédita: os governos latino-americanos — detentores das maiores dívidas do mundo — tentarão definir, conjuntamente com o norte-americano — seu maior credor — regras ou balizamentos comuns para que cada um tenha condições de negociar seu débito e assegurar o desenvolvimento de sua economia. Esse será o objetivo da reunião que se fará, em Caracas, nos próximos dias 5 a 9 de setembro, sob o amparo da Organização dos Estados Americanos (OEA). A informação foi dada a este jornal por três fontes do Itamaraty, que disseram que o Brasil entra na reunião como participante, e não como mero observador.

"Será uma troca de idéias entre governos que sofrem um mal comum", disse a este jornal uma fonte do governo brasileiro. Não se pretende negociar conjuntamente as distintas dívidas dos países latino-

americanos, mas sim estabelecer uma coordenação entre os processos de negociação de cada um com os seus respectivos credores. A idéia, que não tem um único pai, surgiu de vários contatos diplomáticos recentes, como a reunião do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), co-patrocinada pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina para discutir os problemas financeiros regionais, em São Domingos (República Dominicana), na semana passada.

O governo da Venezuela ficou incumbido de organizar o encontro, que deverá contar com presenças do mais alto nível, a partir do ministerial. Conforme evoluir essa organização, não é descartada a possibilidade de governos serem representados por seus próprios chefes de Estado.

Como chegam a admitir fontes diplomáticas consultadas, o temor do governo norte-americano, em relação a esta reunião, como veiculado pela revista

Newsweek da semana passada, tem sua motivação. Afara os resultados práticos ou de método, pretende-se igualmente criar um efeito psicológico junto aos credores, particularmente os norte-americanos.

Os convites já foram expedidos pela OEA, que, no momento, está ultimando os documentos estatísticos e "fechando" as propostas, que deverão estar nas mãos dos chanceleres e ministros econômicos de cada um dos países-membros — inclusive o Canadá, como observador — até meados deste mês. Mas mesmo agora estes governos já discutem internamente o tema. A representação brasileira deverá ficar restrita ao nível ministerial, em virtude da saúde do presidente Figueiredo. É possível que se designe o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, ou Delfim Netto, da Sepplan, ou o chanceler Saraiva Guerreiro. Ou até dois destes sigam juntos, como aconteceu na reunião do GATT, no final do ano passado, em Genebra, segundo fontes do Itamaraty.

Em termos gerais, a agenda do encontro terá quatro itens: (1) financiamento ao desenvolvimento, evolução e estágio atual; (2) dívida externa — de onde poderá surgir o balizamento comum para negociar; (3) medidas para fortalecer as entidades regionais de financiamento; e (4) medidas para assegurar o desenvolvimento econômico. No entanto, o ponto alto será a discussão do diálogo destes países com seus credores. O peso, em dívida, destes devedores é bastante significativo: soma US\$ 650 bilhões, sendo que a parcela dos maiores — Brasil, México, Argentina e Venezuela — representa mais de 50% da somatória.

Embora não tenha decidido ainda que nível dará à sua representação e o que proporá concretamente, o governo brasileiro, particularmente seu setor diplomático, encara este encontro com bastante seriedade. Ainda mais por ser uma iniciativa político-diplomática inédita, com propósitos bem fundamentados. E fato, admitiu ontem a este jornal alta fonte do Itamaraty, que a dificuldade que o governo tem encontrado para resolver sua dívida externa tem enfraquecido a ação diplomática brasileira.